

VII COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E ENGELS

OS AGROCOMBUSTÍVEIS E A FORMAÇÃO DE OLIGOPÓLIOS E MONOPÓLIOS: CONCENTRAÇÃO/CENTRALIZAÇÃO DO CAPITAL

Altacir Bunde

Economista. Mestre em Geografia. Membro do Núcleo de Pesquisa Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais – GETeM/CNPq. Membro da Coordenação Nacional do Movimento Camponês Popular (MCP).

alta.cir@hotmail.com

GT 4 - Economia e política no capitalismo contemporâneo

O Brasil vivencia atualmente um grande processo de concentração/centralização de capital, tanto na produção como na comercialização dos agrocombustíveis, no caso, o etanol. Daí surgem as indagações: o capitalismo no campo brasileiro, organizado na forma do agronegócio dos agrocombustíveis, firmou e/ou está firmando, como estratégia para garantir maior acumulação de capital, uma aliança entre a produção, a circulação e o capital financeiro, constituindo, dessa forma, grandes oligopólios e monopólios?

Assim posto, este artigo é um estudo sobre o agronegócio dos agrocombustíveis e a tendência à formação de oligopólios e monopólios por meio de fusões e aquisições, tanto na produção como na distribuição e na comercialização de etanol no Brasil. Os procedimentos metodológicos adotados para buscar informações e/ou respostas às questões apresentadas foram os seguintes: pesquisa teórica e pesquisa documental. Este texto é parte do Capítulo II da Dissertação de Mestrado *Os impactos do agronegócio dos agrocombustíveis sobre o campesinato em Goiás*.

No Brasil, há um crescente envolvimento de empresas transnacionais com o agronegócio dos agrocombustíveis. Em 2.007, a participação do capital estrangeiro neste setor representava apenas 7% e, em 2.010, este percentual chegou a 22%. A previsão é de que chegue a 40% nos próximos anos. Como destaca Marcos Sawaya Jank, Presidente da União das Indústrias de Cana-de-açúcar (UNICA),

Em 2.007, o capital estrangeiro controlava 22 empresas, ou 7% do setor no Brasil. Na época, a UNICA projetava um crescimento para 12% em 2.012, previsão já superada: até o final de 2.009, 44 das mais de 430 agroindústrias canavieiras em atividade no país eram controladas por capital externo, juntas representam perto de 14% das cerca de 590 milhões de toneladas de cana que deverão ser processadas no país na safra 2009/10. Incluídas as quatro grandes transações anunciadas em 2.010, o percentual, revisto pela UNICA, agora é de 22% (JANK, 2.010, p. 08)¹.

¹ Artigo publicado na edição de março de 2010 da Revista Produtor Rural e Disponível em: <http://unica.com.br/opinioao/show.asp?msgCode={3F9EA33E-4132-4292-BDB8-3F3BE97FF854}>. Acessado em 12/06/2.010.

No final da década de 1990, praticamente 100% do setor era controlado por grupos familiares, nacionais. Mas, a participação de capital estrangeiro vem crescendo a cada ano. No começo de 2.010, entre as multinacionais envolvidas no agronegócio dos agrocombustíveis no Brasil, cinco empresas se destacavam: COSAN, Santa Elisa (DREYFUS), Tereos, Santa Terezinha e Moema. A que tinha a maior participação era o grupo COSAN, com um faturamento anual de cerca de U\$ 23 bilhões de dólares e com um controle de 9,3% do mercado².

O mesmo está ocorrendo com a distribuição e a comercialização do etanol. Há também um processo crescente de concentração/centralização por meio de fusões e/ou aquisições. No começo do ano 2.000, 25% das vendas de etanol estavam sob controle de grandes grupos. Mas, já em 2.009 só os sete maiores grupos de comercialização já controlavam 61,4% das vendas e chegou a 67% em 2.010. “Sete grandes grupos de agroindústrias canavieiras já dominam 67% da comercialização de etanol no Brasil. A concentração avançou rapidamente no setor nos últimos anos - era de 25% em 2.000 -, sustentada por fusões e aquisições e estimulada por ganhos de produtividade”³.

E a tendência é aumentar a concentração/centralização. Poucos grandes grupos econômicos devem controlar uma fatia ainda maior do mercado, do que é exemplo o anúncio da fusão entre a Cosan e a Shell, em meados de fevereiro de 2.011, que criou a Raizen.

A Raízen nasce com valor de mercado estimado em torno de US\$ 12 bilhões, cerca de 40 mil funcionários, uma rede de 4,5 mil postos e com a previsão de em cinco anos dobrar a produção de etanol, passando de 2,2 bilhões de litros (resultado de 2010) para 5 bilhões de litros [...] A nova companhia nasce com faturamento anual estimado de R\$ 50 bilhões [...] Em termos de capacidade de produção, a companhia espera passar dos atuais 62 milhões de toneladas de cana moída para 100 milhões de toneladas anuais⁴.

Como não há nenhuma restrição do governo brasileiro à aquisição e/ou fusão de grandes empresas multinacionais, estas empresas formam grandes oligopólios e/ou monopólios, não somente na produção, mas também, especialmente, na distribuição e na comercialização do etanol.

Reportagem do Jornal Valor Econômico, Caderno de Mercado, do dia 15/09/2.010, mostra que dos 25% da participação dos grandes grupos econômicos na venda de etanol, no início dos anos 2.000, este número saltou para cerca de 70%, na safra 2.010/2.011, quase triplicou em uma década. Mantida a tendência, nos próximos anos os grandes grupos econômicos multinacionais deverão controlar praticamente toda a comercialização de etanol, no Brasil.

Como explicar esta concentração/centralização de capital na produção, na distribuição e na comercialização dos agrocombustíveis, especialmente o etanol, no Brasil?

² Segundo Informações da UNICA e KPMG.

³ Disponível em: <http://www.valoronline.com.br/impresso/primeira-pagina/3021/308874/grandes-ja-vendem-67-do-etanol>. Acessado em: 27/02/2011.

⁴ Disponível em: <http://www.ruralpecuaria.com.br/2011/02/fusao-entre-cosan-e-shell-criam-raizen.html>. Acessado em: 27/02/2011.

Embora possa parecer, este processo não é um fato novo. É uma lógica do desenvolvimento do modo de produção capitalista. K. Marx (2.005, L. I, V. II) foi um dos primeiros críticos do capitalismo a apontar este comportamento dele. Ensinou Marx que “[...] com a acumulação de capital, desenvolve-se o modo de produção especificamente capitalista, e, com o modo de produção especificamente capitalista, a acumulação de capital”. Diz Marx ainda que “Com a acumulação do capital, cresce, portanto, em maior ou menor proporção, o número de capitalistas” (MARX, 2005, p. 728). Para Marx, de todo este processo, vai surgir uma concorrência entre estes capitalistas, que, como consequência, levará a uma concentração entre os capitais já formados. A concentração, por sua vez, propicia práticas que levarão à centralização do capital. Neste caso,

O que temos agora é a concentração dos capitais já formados, a supressão de sua autonomia individual, a expropriação do capitalista pelo capitalista, a transformação de muitos capitais pequenos em poucos capitais grandes [...] O capital se acumula aqui nas mãos de um só, porque escapou das mãos de muitos noutra parte. Esta é a centralização propriamente dita, que não se confunde com a acumulação e a concentração (MARX, 2.005, p. 729).

Pode-se dizer, dessa forma, que Marx (2005) reconhece três ações sucessivas do capital: acumulação, concentração e centralização, que diferem em suas características quantitativas e qualitativas, em poder, em práticas e em consequências para a sociedade e para os próprios capitalistas. Para Marx, o capital atingirá seu ápice de centralização quando permanecer apenas um capitalista, seja ele individual ou associativo. Neste caso, para Marx, a formação de oligopólios corresponderia à concentração dos capitais já formados e a formação de monopólios, ou um único grande monopólio, corresponderia à centralização.

Mas, segundo ele, uma extrema centralização seria, por si só, contraditória porque a competitividade e a ganância, inerentes ao capitalismo, acabariam por instaurar conflitos no seu próprio seio de tal forma que, ao se chegar perto do limite, ele criaria uma outra estratégia para não se autodestruir. Portanto, a ação do capital monopolista internacional não chegaria a essa condição de centralização sem a concorrência imperialista.

A formação de oligopólios e monopólios no agronegócio dos agrocombustíveis não se dá independentemente de outros setores da economia, especialmente do capital financeiro internacional. Esse fato, portanto, só pode ser compreendido a partir das teorias sobre o imperialismo.

Rosa Luxemburgo, em *A acumulação de capital* assim conceitua o imperialismo: “[...] o imperialismo é a expressão política do processo de acumulação do capital, em sua competição pelo domínio de áreas do globo ainda não conquistadas pelo capital” (LUXEMBURGO, 1.985, p. 305). Ainda, segundo a autora, o processo de acumulação de capital, como um todo, histórico, concreto, apresenta dois aspectos distintos: um deles é a localização do centro de produção da mais-valia nas

fábricas, nas minas, nas propriedades agrícolas e no mercado; e o outro é a existência de formas de produção não capitalistas concomitantemente às formas de produção plenamente capitalistas.

Conforme Luxemburgo (1985), para o imperialismo, as regiões externas, ou seja, não capitalistas, não somente são exploradas, mas também são imprescindíveis para garantir a continuidade da acumulação capitalista, pois são elas que permitem a sua expansão “horizontal”. E assim é que são construídas as condições sociais e materiais para a reprodução ampliada do capital. Na visão da autora, quando o capitalismo se expandir e atingir um certo grau de desenvolvimento mundial, terá alcançado sua fase final.

Acontece, porém, que por meio desse processo, o capital prepara a sua própria cova. Expandindo às expensas das demais formas de produção não capitalistas existentes, chega o momento em que qualquer expansão ou acumulação subsequente do capital torna-se impossível, uma vez que a humanidade toda veio a transformar-se em duas classes únicas – capitalistas e proletários assalariados. [...] à medida que se impõe essa tendência, o referido processo também acaba acentuando os contrastes entre as classes e a anarquia econômica e política internacionais de tal maneira que, muito antes mesmo de atingida a consequência última do desenvolvimento econômico – o domínio absoluto e indiviso da produção capitalista neste mundo –, o mesmo processo irá acarretar necessariamente a revolta do proletariado internacional contra a existência do domínio do capital (LUXEMBURGO, 1985, p. 335).

Rosa Luxemburgo apresenta o problema, mas também a solução. A relação entre as afirmações dela e a centralização de capital e formação de oligopólios e monopólios no agronegócio dos agrocombustíveis requer que se reflita se a expansão capitalista sobre as áreas de economia não capitalistas se estabelece como única condição para a reprodução ampliada do capital ou não. Assim, a concentração/centralização de capitais que vem ocorrendo no agronegócio dos agrocombustíveis pode implicar ou não, no caso brasileiro, na existência de formas não capitalistas. Como então se explicaria o processo de aquisição de empresas capitalistas por outras empresas capitalistas?

Lênin (2003), em *Imperialismo fase superior do capitalismo*, define o imperialismo como a *fase monopolista do capitalismo*, na qual uma das principais características é a *fusão* entre o capital financeiro, ou capital bancário de grandes bancos monopolistas, e o capital das associações monopolistas industriais. Na definição de imperialismo que o autor apresentou incluem-se cinco fatores:

1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse "capital financeiro", da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si; e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes (LÊNIN, 2003, p. 67-68).

Refletindo sobre a formação e o desenvolvimento dos grandes monopólios, Lênin conclui que “O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a

dominação dos monopólios e do capital financeiro” (LÊNIN, 2.003, p. 68). Segundo Lênin, essa fase imperialista provocou mudanças nas formas de acumulação do capital. As grandes empresas passaram a fazer grandes investimentos também fora de seus países de origem, o que levou ao crescimento da exportação de capitais. Assim, para Lênin, o desenvolvimento do capitalismo estimula a formação de grandes empresas monopolistas devido à concentração de capitais através da exportação de capital, que expropriava as riquezas naturais e explorava a classe trabalhadora, que era, portanto, centrada na expropriação das forças produtivas.

Como já se passou quase um século desde a publicação da obra de Lênin, e a realidade (fase) atual é outra, não há dúvida de que para a compreensão da ação do imperialismo no século XXI, sua teoria é importante, ajuda, mas é insuficiente para explicar a concentração/centralização do capital que vem ocorrendo no agronegócio dos agrocombustíveis, no Brasil.

Harvey (2.005), na obra *O novo imperialismo*, indica o uso da teoria da ordenação espaço-temporal para o entendimento da mobilidade do capital, bem como da atuação do Estado via território no processo de acumulação capitalista e de acumulação de poder político. Harvey defende a tese das ordenações espaço-temporais, nas mais diferentes escalas geográficas. Segundo ele é assim que é materializada a atuação desigual e combinada do capital e do poder político. Para isso, o instrumento utilizado, por esse duplo poder, é a mediação, via estruturas financeiras e institucionais. São estes mecanismos que, segundo o autor, fortalecem a produção econômica do espaço.

Mas, conforme Harvey, este processo está cheio de contradições e tensões, especialmente,

[...] entre competição e monopólio, concentração e dispersão, centralização e descentralização, fixidez e movimento, dinamismo e inércia, entre diferentes escalas de atividade – todas estas tensões advêm dos processos moleculares de acumulação interminável do capital no espaço e no tempo [...] (HARVEY, 2.005, p. 87-88).

Mesmo que tudo o que foi descrito ocorra, para Harvey a afirmação do chamado *novo imperialismo* não se dá somente através da acumulação puramente econômica, mas, principalmente, pelo tripé: *opressão via capital, acumulação via espoliação e por meio da coerção consentida*.

Para Harvey, as características da acumulação primitiva descritas por Marx não se encerraram na “etapa original” do capitalismo, mas, encontram-se presentes nos tempos atuais e podem ser vistas na expulsão dos camponeses do campo, na massa da população sem terra, na privatização dos recursos naturais e na substituição da agricultura camponesa pelo agronegócio, entres outros fatos. Segundo Harvey, os mecanismos que viabilizam a acumulação primitiva permanecem e foram aprimorados e/ou recriados. Alguns exemplos são o sistema de crédito e o capital financeiro, os direitos de propriedade intelectual e as negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC), a biopirataria, a transformação em mercadoria de formas culturais, históricas

e da criatividade intelectual, a corporativização e privatização de bens públicos, a regressão dos direitos trabalhistas etc. Todos estes mecanismos contam com forte apoio do Estado e/ou conjunto de Estados. Para Harvey os mecanismos de expropriação definidos por ele como *acumulação por espoliação* foram criados para ajudar a resolver o problema da sobreacumulação, que, segundo ele, “é uma condição em que excedentes de capital (por vezes acompanhados de excedentes de trabalho) estão ociosos sem ter em vista escoadouros lucrativos” (HARVEY, 2005, p. 124). Neste caso, segundo o autor, a função da acumulação por espoliação seria liberar um conjunto de ativos a baixo custo fazendo com que o capital sobreacumulado possa apossar-se destes ativos dando-lhes um uso lucrativo.

Outra característica do novo imperialismo destacado por Harvey é a de que a acumulação se dá mediante uma *coerção consentida*. E, segundo ele, este consentimento está no próprio seio da sociedade americana. No que se refere à coerção externa, a mesma se dá mediante a emulação de Estados que seguem princípios como o respeito à propriedade privada, à liberdade, à democracia, ao indivíduo etc. É dessa forma que as relações interiores e exteriores do Estado capitalista vinculam-se às formas de imperialismo.

Não há dúvida de que, para o entendimento das questões envolvendo a tendência à formação de oligopólios e monopólios por meio de fusões e aquisições, tanto na produção como na distribuição e comercialização de etanol no Brasil, a obra de David Harvey é importante. Como Harvey colocou, de fato, nos últimos anos as exportações do grande capital vêm, cada vez mais, se internacionalizando, incentivadas principalmente pelas políticas neoliberais. Mas, diante do exposto, resta a dúvida de ser possível analisar a concentração/centralização de capital que vem ocorrendo no agronegócio dos agrocombustíveis a partir da tese de Harvey, isto porque o autor não analisou em profundidade a concorrência e/ou associação entre os próprios capitalistas. Nesse caso, há que se pensar na possibilidade de recorrer a outros autores.

Ploeg (2008), referindo-se ao processo de centralização de capital, não denomina esse fenômeno de imperialismo, mas de “Império”, não por negar o domínio de uma nação e do capital sobre outras, mas para reforçar a ideia de comando, de predomínio, do capital sobre um território como mais uma estratégia para garantir a sua acumulação. Para Ploeg (2008), em termos político-econômicos, a emergência do Império está fortemente associada ao aumento súbito da mobilidade de fluxos de capital por todo o globo. Para ele, os elementos centrais do Império, como forma de governança e ordenamento, são o controle e a apropriação, o que requer um reordenamento generalizado do espaço social e do espaço natural. Segundo o autor, a constituição do Império pode ser conceituada como a forma específica na qual os processos de globalização estão se manifestando. Desta forma, “a essência da *atual* fase da globalização é que ela introduz, literalmente, por toda a parte, um *conjunto de normas e parâmetros generalizados* que governam todas e quaisquer práticas

locais e específicas. Esses conjuntos de normas generalizadas representam o núcleo do Império” (PLOEG, 2.008, p. 255).

Quanto a sua forma de ação, “o Império se materializa numa *conquista* continuada que se apropria de espaços locais que antes eram relativamente autônomos e autogovernados [...] e os reúne para assegurar a controlabilidade e a explorabilidade. Ao fazê-lo, o Império elimina o local, o transformando em um “não lugar” (PLOEG, 2.008, p. 255). O autor diz ainda que o Império é o resultado de uma variedade de mundos *sócio-técnicos* cada vez mais interligados através de aparelhos estatais e acordos supranacionais, assim como de novos modos de organização, centralizados, mas de grande alcance, e de modos específicos de produção de conhecimentos e sistemas especializados associados. Mas, o que confere poder ao Império “é o ordenamento, a coerência solidamente construída e o fortalecimento mútuo destes diferentes ingredientes” (PLOEG, 2.008, p. 256).

Sintetizando esta complexa teorização sobre o Império, o autor mostra que ele é formado por esquemas de natureza política e econômica que são impostos à sociedade e à natureza e aos quais o Estado e o mercado estão interligados e que não é um produto, pessoas, serviços, recursos, lugares etc. mas, sim, um complexo conjunto, multifacetado e cada vez mais monopolista, de *ligações*. Ou seja, para o autor trata-se de uma rede coerciva, capaz de colocar em contato, de uma forma específica, processos, pessoas, lugares e produtos. Nessa síntese, Ploeg traz outros elementos para a reflexão. No entanto, a globalização à qual Ploeg se refere é tratada de forma diferente por François Chesnais.

Segundo François Chesnais (1.999), o momento, a *fase* atual do capitalismo que o mundo está vivenciando é a *fase* da mundialização do capital e não da “globalização” como muitos fazem crer. Para o autor, no século XX, dois processos passaram a determinar o processo de construção de territórios. São eles: o processo de expansão do socialismo e a formação dos monopólios e oligopólios por meio da mundialização do capital. A vitória, ainda que “por enquanto”, do capitalismo sobre o socialismo deu-se devido à crise do socialismo e concedeu total hegemonia e abriu as portas para a mundialização do capital e para a criação de novos conceitos.

Segundo Chesnais (1.999), a partir daí foram se construindo novas concepções de mundo, especialmente na economia e na política. O mundo, a partir de agora, deveria ser visto como “sem fronteiras” e, as empresas, sem nacionalidades. Foi para combater e denunciar toda esta manobra ideológica que François Chesnais desenvolveu um novo conceito, o de mundialização. Fez isso para definir a fase atual do imperialismo. Pois, segundo ele, a “palavra “**mundial**” permite introduzir, com muito mais força do que o termo “**global**”, a ideia de que, se a economia se mundializou, seria importante construir depressa instituições políticas mundiais capazes de dominar o seu movimento” (CHESNAIS, 1.999, p. 24).

Para Chesnais (1.999) aspectos importantes da mundialização do capital devem ser considerados, especialmente os investimentos externos diretos:

O IED (investimento externo direto) suplantou o comércio exterior como vetor principal no processo de internacionalização; seu papel é tão importante nos serviços como no setor de manufaturas. O IED caracteriza-se por alto grau de concentração dentro dos países adiantados [...] Esse acerto de alvo se fez às custas dos países em desenvolvimento (CHESNAIS, 1.999, p. 24)

Mas, para Chesnais (1.999), se o capitalismo monopolista transnacional exerce sua dominação política e social na esfera das mercadorias, o mesmo não acontece no movimento de acumulação de capital. Por isso, outro ponto importante a ser observado, nesta fase atual do capitalismo, é: quem comanda a economia. Ou seja, quem dita as regras no movimento de acumulação de capital? Quem está no topo da hierarquia? Nesta área, segundo Chesnais, a hegemonia e o comando são do capital financeiro, mais especificamente das instituições financeiras. Mas, no mundo das mercadorias, o comando é dos grupos transnacionais.

Segundo Chesnais (1.999), o capitalismo em sua fase pós-Segunda Guerra Mundial deve ser visto como monopolista, pois o que se verifica é a consolidação de diversos monopólios internacionais que vão dando forma às empresas multinacionais nas quais estão presentes os mecanismos modernos do novo padrão de acumulação de capital. Estes mecanismos, por sua vez, acabam por provocar mudanças nas formas de organização interna destas empresas, assim como nas relações de trabalho, superando-se, assim, as disputas existentes pelo controle de fontes de matéria-prima nacional e dos mercados.

Mas, como ressalta Chesnais (1.999), por detrás de todo este processo, existe o comando das poderosas instituições financeiras: bancos, companhias de seguro, fundos de pensão e sociedades financeiras de investimento coletivo. E são estes investidores que vêm se tornando os proprietários-acionários dos grupos de investimentos. São proprietários possuidores de estratégias desconhecidas da exigência da produção industrial e extremamente agressivas no plano do emprego e dos salários. São estes grupos os principais beneficiários da nova configuração do capitalismo.

Oliveira (2.005) afirma que três processos interrelacionados consolidaram a formação de um mercado internacional que mundializou a economia e promoveu uma nova divisão internacional do trabalho: a “necessidade de movimentos internacionais de capitais, a produção capitalista internacional e a existência de ações de governos em nível transnacional” (OLIVEIRA, 2.005, p. 244). Além disso, a mundialização do capitalismo “uniu dialeticamente o mercado dos países altamente industrializados com todos os demais de média ou pequena presença industrial [...] o centro do capitalismo está em todos os lugares do mundo onde as empresas multinacionais estão” (OLIVEIRA, 2.005, p. 148). A partir daí ocorre uma industrialização tardia nas economias

subdesenvolvidas cujo maior objetivo é manter esses países subordinados, assim, como simples fornecedores de mão-de-obra barata e de recursos naturais em abundância.

Diante disso, é possível afirmar que a crescente concentração e centralização na produção e nas vendas de etanol no Brasil condizem com o que François Chesnais chamou de mundialização do capital. Esta mundialização do capital vem provocando uma reorganização espacial. As empresas, especialmente as multinacionais, estão formando redes ou cadeias de cooperação. Estão firmando alianças com parceiros nacionais e, com isso, resgatando o pensamento liberal. Atuam no sentido de monopolizar a produção e o mercado. São estas as condições para repor os níveis de expansão e acumulação do capital.

Neste sentido, o capitalismo no campo brasileiro, no caso, o agronegócio dos agrocombustíveis, vem ativando um conjunto de ações para garantir a expansão da acumulação de capital, entre elas a aliança entre a produção, a circulação e o capital financeiro e o mecanismo utilizado é aquisição e fusões de empresas já estabelecidas. É assim que estão sendo formados os oligopólios e/ou monopólios, tendo sempre à frente os grupos de empresas transnacionais, controladas e/ou dirigidas pelo capital financeiro internacional.

Mas, o que é importante compreender neste processo, especialmente sobre as mudanças que vêm ocorrendo relacionadas ao agronegócio dos agrocombustíveis, é que não foi somente o Brasil que mudou, mas, sim, o capitalismo. Sua maneira e forma de agir é outra, ou seja, seu padrão de acumulação não é mais o mesmo. Foi alterado. Ele se mundializou e a fase atual é de concentração que pode/deverá levar à centralização de capital e, com isso, à formação de oligopólios e/ou monopólios dado o rápido processo de fusão e aquisição que vem ocorrendo no agronegócio dos agrocombustíveis, especialmente do etanol, no Brasil.

REFERÊNCIAS

BUNDE, A. *Os impactos do agronegócio dos agrocombustíveis sobre o campesinato em Goiás*. [Manuscrito]/Altacir Bunde – 2.011. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Goiás - Campus Catalão. Departamento de Geografia.

CHESNAIS, F. *A Mundialização do capital*. São Paulo, Xamã VM Ed.Graf.Ltda., 1.999.

HARVEY, D. *O novo imperialismo*. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2.005.

LÊNIN, V. I. *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. Tradução: Sílvio Donizete Chagas. 2º Ed. São Paulo: Centauros, 2.003.

LUXEMBURGO, R. *A acumulação de capital*. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Nova Cultural, 1.985.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política: livro I, V. II*; tradução 20º Ed. de Reginaldo Sant'Anna. 20º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2.005.

OLIVEIRA, A. U. de. *Os agrocombustíveis e os alimentos*. Disponível em: <http://egal2009.easyplanners.info/area06/6194_OLIVEIRA_Ariovaldo_Umbelino.doc> Acessado em: 05 de agosto de 2.009.

PLOEG, J. D. van der. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Trad. Rita Pereira. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2.008.